

Processo: 012.856/2025-8

Natureza: Administrativo

Unidades Jurisdicionadas: Ministério da Educação; Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério da Igualdade Racial e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Interessadas: Secex Desenvolvimento e AudEducação.

Assunto: Proposta de Fiscalização (PFIS).

DESPACHO

Trata-se de proposta de fiscalização, na modalidade Auditoria Operacional, encaminhada pela Secretaria de Controle Externo de Desenvolvimento Sustentável (SecexDesenvolvimento), peças 3-4, cujo objetivo é avaliar a aplicação das políticas de reserva legal de vagas para pessoas negras e pessoas com deficiência nos concursos públicos da Administração Pública Federal Direta e Indireta, com foco na melhoria do acesso destes grupos historicamente excluídos a oportunidades estáveis de trabalho, renda e reconhecimento institucional, promovendo justiça social e maior diversidade nos quadros da Administração Pública Federal.

2. A proposta se encontra alinhada com o Objetivo 3 do Plano Estratégico do TCU (PET-TCU 2023-2028), bem como consta do Plano Operacional 2025-2027 da unidade técnica (Ação 77), nos termos do art. 17, § 1º, da Resolução TCU 308/2019 e da Portaria Segecex 14/2014, e observou os critérios de risco, oportunidade, materialidade e relevância.

3. Espera-se que essa ação de controle fomente o fortalecimento da efetividade das políticas de ação afirmativa voltadas a pessoas negras e com deficiência e a promoção de maior transparência e controle social.

4. Ante o exposto, AUTORIZO a fiscalização ora proposta pela unidade técnica, nos termos do art. 17, § 4º, da Resolução TCU 308/2019.

À SecexDesenvolvimento, para as devidas providências.

Brasília, 25 de junho de 2025

(Assinado eletronicamente)

Augusto Nardes
Relator